



MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Nova Friburgo - RJ

Processo Nº:	21123 / 23
Rubrica	Fls: 2

Relatório de Histórico de Andamento de Atividades

PROTOCOLO

Identificador: 07da5395-c615-44c0-b582-4f6f106a505c
Protocolo: Processo Requerimento Nº 021123/2023
Data: 09/08/2023 12:27:04
Origem: SOCIEDADE UBAENSE DE PROD. ANIM.E SAUDE HUMANA
*** contatos indisponíveis ***
Contato: SOCIEDADE UBAENSE DE PROD. ANIM.E SAUDE HUMANA
*** contatos indisponíveis ***
Protocolador: ROSA AMÉLIA LEMOS SILVA
Assunto: RECURSO - LICITAÇÃO
Detalhamento: RECURSO

HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

por ordem das atividades mais recentes

[versão completa](#)

Nº	Origem	Destino	Movimentação	Situação
1	Prefeitura Municipal de Nova Friburgo ROSA AMÉLIA LEMOS SILVA 09/08/2023 12:27:26	APOIO A COMISSAO DE PREGAO	Segue protocolo para as devidas providências.	Enviada

• Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões**RECURSO :**

SUPASH – Sociedade Ubaense de Proteção aos Animais e Saúde Humana, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 03.630.201/0001-60, com sede à Estrada Rural, s/n, Zona Rural, Ubá/MG, CEP 36.599-899, endereço eletrônico gerencia@supash.com.br, devidamente representada por sua Presidente Maria Angélica Xavier Calderano, brasileira, divorciada, presidente, portadora do RG M8579082 PC/MG, inscrita no CPF sob o nº 382.069.606-78, vem interpor o RECURSO ADMINISTRATIVO, pelas razões que passa a expor.

II – SÍNTESE DOS FATOS

Em sessão pública da licitação em epígrafe, verificamos que a empresa que ganhou a licitação "GERVASIO E CAMPOS CLÍNICA VETERINÁRIA LTDA", inscrita no CNPJ 40.179.325/0001-06, não pode ser habilitada pois não está de acordo com as exigências que o Conselho de Medicina Veterinária do Rio de Janeiro determina para o exercício da atividade no território, e também não colocou anexou os atestados de aptidão técnica como veremos a seguir nas razões que seguem:

III – RAZÕES DO RECURSO**III.I – MUTIRÕES DE CASTRAÇÃO SOMENTE PODEM SER REALIZADOS POR ENTIDADE OU INSTITUIÇÃO PÚBLICA**

Art. 2º. Para os efeitos deste Regulamento, considera-se:

I. Esterilização cirúrgica: sinônimo de castração cirúrgica.

II. Ato médico-veterinário (sinônimo de prática clínica veterinária): todas as intervenções materiais ou intelectuais que têm como objetivo diagnosticar, tratar ou prevenir doenças mentais ou físicas, lesões, dores ou má formação em um animal ou determinar as condições de saúde e bem-estar de um animal ou grupo de animais, assim como determinar o seu estado fisiológico, incluindo a prescrição de medicamentos veterinários, sendo também considerado ato médico-veterinário qualquer intervenção que cause dor ou que tenha potencial de causar dor aos animais, todos os procedimentos considerados invasivos em animais e qualquer certificação relacionada aos atos anteriormente citados, sendo todo ato médico veterinário considerado privativo do médico veterinário.

III. Mutirões de castração são ações coletivas que têm como finalidade o controle da reprodução de um grande número de animais dessas espécies, em curto espaço de tempo, que se enquadrem nas normas desta Resolução. Os referidos mutirões consistem em métodos de trabalhos caracterizados pela mobilização coletiva, programada. As ações precisam ser realizadas de forma ética, observando os mesmos cuidados para esterilização cirúrgica em Clínicas Veterinárias, ou seja, cumprindo princípios normativos e legais, executados por profissionais habilitados e capacitados para a atividade coletiva, com responsabilidade técnica.

§ 1º. Os Programas/Projetos/Mutirões/Campanhas de esterilização cirúrgica com a finalidade de controle populacional somente podem ser realizados por entidades ou instituições de utilidade pública, faculdades de medicina veterinária e órgãos públicos ou em parceria com um desses.

§ 2º. Fica vedado aos estabelecimentos veterinários realizar Programas/Projetos/Mutirões/Campanhas de esterilização cirúrgica, na forma de mutirões, sem vinculação com entidades ou instituições de utilidade pública, faculdades de medicina veterinária e/ou órgãos públicos ou, ainda, sem aprovação do CRMV-RJ.

De acordo com a resolução supracitada e, sendo certo que o fornecedor declarado como vencedor deste certame se trata de uma Microempresa, verifica-se que o mesmo não se trata de uma entidade ou instituição de utilidade pública e, portanto, fica impossibilitado de executar os serviços que estão sendo contratados para a execução no Município de Nova Friburgo/RJ.

20. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

20.2 A experiência da empresa será comprovada por meio da apresentação de pelo menos 01 (um) atestado de capacidade técnica, comprovando a aptidão para o fornecimento em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante apresentação de atestado fornecido pelas pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando sua experiência na realização de castrações em massa para projeto populacional.

V – PEDIDOS

1 – Que a vencedora "GERVASIO E CAMPOS CLÍNICA VETERINÁRIA LTDA" seja inabilitada pela ausência de capacidade e documentos obrigatórios para o mesmo

Fechar

**2ª REFORMA DO ESTATUTO
SOCIEDADE UBAENSE DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS – SUPA**

**CAPÍTULO I
CONSTITUIÇÃO E FINALIDADE**

Artigo 1º- A Sociedade Ubaense de Proteção aos Animais (SUPA), fundada no dia 26 de setembro de 1997, por um grupo de pessoas reconhecidamente amigas dos animais, passa a reger-se por este Estatuto e pelo Regimento Interno que adotar.

Artigo 2º - A SUPA registrada no Livro A de registro das Sociedades Cíveis, às folhas 292/293, sob o nº 415 em 18.11.1999, é uma Associação Civil, de caráter Assistencial, Beneficente, sem Fins Lucrativos, com Personalidade Jurídica, com prazo indeterminado, isenta de participação político partidária, tendo como sede e foro na Estrada Ubá Divinésia, S/N, KM 9, Zona Rural, CEP 36.509-899, Ubá, MG, inscrita no CNPJ sob o número 03.630.201/0001-60, tem por objeto e finalidade:

- a) Proporcionar assistência, abrigos e proteção aos animais;
- b) Prestar assistência veterinária e hospitalar para os animais abandonados;
- c) Prevenir abusos, maus tratos, atos de crueldade praticados contra animais e promover a punição dos seus autores de acordo com as leis, regulamentos e posturas existentes e trabalhar pela criação de outras leis de maior amplitude e eficiência;
- d) Conferir *prêmios ou recompensas* às pessoas que se distinguirem por atos ou eventos destinados à proteção dos animais;
- e) Promover campanhas educativas destinadas à conscientização do homem quanto às noções de amor, respeito e compaixão pelos animais;
- f) Entregar animais espalhados nas ruas aos seus reclamantes desde que mediante provas convincentes, seja confirmada a propriedade dos mesmos;
- g) Ceder à pessoas comprovadamente idôneas, a critério da Diretora, os animais apanhados nas ruas que no fim de 8 (oito) dias não forem reclamados pelos seus legítimos donos, sob o compromisso de não os venderem e de não os maltratarem;
- h) Realizar serviços de esterilização em animais.
- i) Apoiar e promover ações de desenvolvimento social.

Parágrafo 1º- Para conseguir seus fins, a SUPA se esforçará pela propaganda das suas ideias e seus princípios em favor dos animais, e, para a consecução do seu objetivo, a Associação poderá:

- I – Adquirir, construir ou alugar os imóveis necessários às suas instalações administrativas, tecnológicas e outras.

Parágrafo 2º - A critério da Diretoria, a entidade poderá firmar convênios, contratos, parcerias, termos de fomento e de colaboração com órgãos públicos, outras

organizações, entidades não governamentais, instituições nacionais ou estrangeiras, sempre com o objetivo da implementação de suas finalidades.

Artigo 3º - A SUPA procurará estabelecer e manter relações com outras sociedades congêneres dentro e fora do país.

CAPÍTULO II DOS ASSOCIADOS CESSÃO I

Artigo 4º - A Entidade é constituída por um número ilimitado de associados, pessoas físicas em pleno gozo de seus direitos Cíveis, sem distinção de cor, sexo, nacionalidade, profissão, credo religioso ou político, distinguindo-se nas seguintes categorias: contribuintes, honorários, de serviço, remidos e beneméritos.

- a) Contribuintes: os que mantêm a sociedade com suas contribuições estipuladas;
- b) Honorários: os que, por grandes serviços fizeram jus a esse título, sem que isso, entretanto, os isente de contribuições;
- c) De serviço: os que reconhecidamente contribuem para a Sociedade com seus esforços individuais sob a forma de trabalho;
- d) Remidos: os que fizeram doações significativas de qualquer natureza;
- e) Beneméritos: os que prestarem relevantes serviços à SUPA, por proposta da Diretoria e a critério da Assembleia Geral;

Artigo 5º - Aos associados não será permitido internar no abrigo, animais de sua propriedade, podendo, no entanto, utilizar os serviços do veterinário, se houver, a preços especiais. Esta disposição é expressa e tem por objetivo não desvirtuar a finalidade da Sociedade que é amparar os animais desprotegidos e abandonados;

Artigo 6º - Os associados não respondem nem mesmo subsidiariamente, pelas dívidas contraídas pela SUPA, nem pelas suas obrigações sociais.

CESSÃO II DA ADMISSÃO, DO DESLIGAMENTO E DA EXCLUSÃO

Artigo 7º - A admissão dos associados dar-se-á através de proposta subscrita por um associado "contribuinte" no pleno gozo de seus direitos, só sendo concretizada após a sua aprovação em reunião da Diretoria Executiva, sob verificação do Conselho Fiscal.

Artigo 8º - O desligamento do associado ocorrerá:

- I - por motivo de falecimento, de interdição, de doença e por ausência, na forma da lei Civil;
- II - a demissão dar-se-á a pedido do associado, mediante carta dirigida à Diretoria da Instituição, não podendo ser negada.

Artigo 9º - Infringindo o presente Estatuto os associados estarão sujeitos às seguintes penalidades:

§ 1º - Advertência que será aplicada pelo Presidente da SUPA mediante aprovação da Diretoria, em caráter reservado, para punir falta leve;

§ 2º - À suspensão, que será aplicada pelo Presidente da SUPA após aprovação da Diretoria, em recurso "exofício", para punir falta grave;

§ 3º - À exclusão, deliberada e aplicada pela Diretoria com o aval da Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, após votação da maioria absoluta dos presentes, e ocorrerá por morte física ou por infringir qualquer disposição legal ou estatutária, 10 (dez) dias após o associado ter sido notificado por escrito.

§ 4º - O associado poderá recorrer à Assembleia Geral dentro do prazo de 5 (Cinco) dias, contados da data do recebimento da notificação.

§ 5º - O recurso terá efeito suspensivo até a realização da primeira Assembleia Geral.

§ 6º - A eliminação considerar-se-á definitiva se o associado não recorrer na penalidade, no prazo previsto no § 4º deste artigo.

SESSÃO III DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DOS ASSOCIADOS

Artigo 10 – São direitos dos associados em dia com suas obrigações sociais:

- a) Tomar parte e discutir os assuntos apresentados nas Assembleias Gerais, votar e ser votados para os cargos eletivos;
- b) Frequentar a sede e gozar dos benefícios previstos nas normas estatutárias e regimentais;
- c) Propor a filiação de novos associados.

Artigo 11 – São obrigações dos associados no pleno gozo de seus direitos:

- A. Cumprir as disposições legais, estatutárias e regimentais, e ainda as deliberações que, de acordo com as referidas disposições, a Diretoria tomar;
- B. Participar à secretaria a mudança dos endereços da residência e do local de trabalho;
- C. Prestar à Entidade todo o concurso moral e material que lhe for possível;
- D. Aceitar os cargos e encargos para os quais venha a ser eleito ou indicado, exercendo-os com dedicação e boa vontade.

Artigo 12 - Só poderão votar e ser votados sócios quites e maiores de 21 (vinte e um) anos de idade;

CAPITULO III

DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 13 – São órgãos da Administração da Instituição:

- 1) Assembléia Geral;
- 2) Diretoria Executiva
- 3) Conselho Fiscal

Parágrafo 1º – O exercício das funções de membros dos órgãos de administração indicados neste artigo são inteiramente gratuitas, pois a entidade não remunera, nem concede vantagens ou benefícios por qualquer forma ou título, a seus diretores, conselheiros, associados, instituidores, benfeitores ou equivalentes.

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 14 – A Assembleia Geral, órgão soberano da SUPA, compõe-se por todos os associados fundadores e efetivos que a ela comparecerem, em pleno gozo de seus direitos estatutários.

§ 1º - A Assembleia Geral será realizada ordinariamente no mês de Março dos anos pares para proceder às eleições da nova Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, e dar posse aos eleitos; e em Dezembro de cada ano, para análise da prestação de contas com o comparecimento mínimo de 2/3 (dois terços) dos associados enquadrados no **Art. 4º** do presente Estatuto, segunda convocação será realizada após 30 (trinta) minutos, com qualquer número de associados, não exigindo a lei quorum especial, sendo a extraordinária, quando justificada a sua convocação, ou por requerimento de 1/5 (um quinto) dos associados quites com suas obrigações sociais.

§ 2º - Não se admite o voto por procuração.

§ 3º - Perderá o direito de membro da Assembleia Geral aquele que, constatado em ata, faltar a três reuniões consecutivas, sem motivo grave e justo, apresentado por escrito.

§ 4º - A convocação da Assembleia Geral far-se-á uma única vez por meio de notificação escrita aos associados, ou por meio de Edital de Convocação, com antecedência mínima de 7 (sete) dias, constando data, horário, local e a respectiva ordem do dia.

§ 5º - A Diretoria, cujo mandato será de 2 anos (*dois*), sendo eleita e empossada em Assembléia Geral, conforme **Art. 14, § 1º e 2º**.

Artigo 15 – A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença da maioria dos associados, e, em segunda, com número de associados não inferior a 2/3 de membros, meia hora depois, devendo ambas constar dos editais de convocação.

§ 1º - As reuniões da Assembleia Geral serão sempre abertas pelo Presidente da Instituição ou por seu substituto legal, competindo-lhe verificar a regularidade da convocação e a presença do número de associados efetivos, para declarar a Assembleia instalada.

§ 2º - A mesa dos Trabalhos da Assembleia Geral será composta do Presidente e do secretário da Instituição ou na ausência, destes, de 2 (dois) secretários "ad-hoc" serão escolhidos pelo Presidente. Quando for o caso de haver impugnação dos atos administrativos da Diretoria, o Presidente solicitará à Assembleia a indicação de um associado para presidi-la.

§ 3º - Quando se tratar de eleição dos membros do Conselho Fiscal e da Diretoria, o Presidente convidará os associados em dia com suas obrigações a procederem, por aclamação ou por escrutínio secreto, a eleição dos mencionados membros.

Artigo 16 – À Assembleia Geral compete:

- a) Reformar o Estatuto, desde que a reforma seja aprovada pela maioria de seus membros, presentes em reunião especialmente convocada para esse fim;
- b) Eleger os membros da Diretoria Executiva, do Conselho Administrativo e do Conselho Fiscal;
- c) Aprovar o relatório de atividades e as contas da Diretoria Executiva;
- d) Examinar o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado do último exercício encerrado, e aprovar o plano de ação apresentado pela diretoria para o ano seguinte.
- e) Na vacância de qualquer cargo da Diretoria nomear-se-á um substituto até novas eleições se esta estiver a mais de 06 (seis) meses para o término.
- f) Decidir sobre a extinção da entidade, nos termos do artigo 43.
- g) Aprovar o regimento interno.
- h) Decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais.

§ Único – Compete exclusivamente à Assembleia Geral: eleger os administradores, destituí-los, aprovar as contas e alterar os Estatutos.

DO CONSELHO FISCAL

Artigo 17 – O Conselho Fiscal, eleito pela Assembleia Geral Ordinária, dentre os associados quites com suas obrigações sociais, compõe-se de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, com mandato de 2 (anos) anos, permitindo-se a reeleição.

§ 1º – Compete ao Conselho Fiscal reunir-se no mínimo duas vezes por ano, para examinar e dar parecer sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas pela Diretoria executiva da SUPA.

§ 2º - O Conselho Fiscal deliberará com presença de seus membros titulares convocando-se seus suplentes, tantos quantos necessários, no caso de ausência, renúncia ou impedimento do respectivo titular.

§ 3º - O Conselho Fiscal é encarregado do exame dos livros, balanços e contas da SUPA sobre os quais dará parecer;

DA DIRETORIA

Artigo 18 - A diretoria executiva da SUPA é composta de 7 (sete) membros, sendo um Presidente, um Vice-Presidente, um 1º Secretário, um 2º Secretário, um tesoureiro, um Diretor Técnico, um Diretor de Divulgação e um Assessor Jurídico, com mandato de 2 (dois) anos, no período de 16/03 a 16/03 dos anos pares podendo no entanto, ser renovado por idêntico período, eleita e empossada com aprovação da Assembleia Geral.

Artigo 19 - A diretoria, cujo mandato será de dois anos, se reunirá sempre que for convocada pelo Presidente e deliberará com a maioria dos seus membros.

Artigo 20 - Compete à Diretoria:

- I - Aprovar a admissão de associados;
- II - Reunir-se ordinariamente, uma vez por mês e extraordinariamente quando necessário;
- III - Administrar a associação e promover o seu engrandecimento;
- IV - Afastar da Diretoria o Diretor faltoso a mais de três reuniões consecutivas;
- V - Expedir regularmente as ordens de serviços;
- VI - Autorizar despesas;
- VII - Fazer o planejamento anual, que será apresentado à Assembleia Geral para aprovação.
- VIII - Ampliar os serviços de Assistência Social, sempre que possível;
- IX - Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto.

DAS ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS DA DIRETORIA

Artigo 21 - Compete ao presidente:

- a) Convocar as Assembleias Gerais, reunir a diretoria mensalmente ou sempre que necessário para o exame da situação e organização de programa de trabalho;
- b) Assinar as autorizações de despesas extras (não rotineiras e mensais) e fazer com o tesoureiro o depósito das quantias arrecadadas;
- c) Assinar os cheques conjuntamente com o tesoureiro e as demais movimentações bancárias e saques;
- d) Presidir as reuniões da Diretoria e as Assembleias Gerais, exceto por ocasião das eleições, caso em que o presidente será "ad hoc";
- e) Apresentar a Assembleia Geral no fim de cada ano, um relatório circunstanciado das atividades da SUPA;

- f) Representar a sociedade, ativa e passivamente, em Juízo e em geral, mas suas relações com terceiros;
- g) Contratar os empregados necessários à SUPA e assinar os livros de registros de empregados;
- h) Propor nomes de associados honorários e os de serviços;

Artigo 22- Compete ao Vice-Presidente:

Ao Vice-Presidente compete substituir o presidente nas suas faltas ou impedimentos e cooperar em suas atividades;

Artigo 23- Compete ao 1º Secretário:

- a) Substituir os administradores anteriores em caso de impedimento e mais;
- b) Atender a toda correspondência;
- c) Lavrar as atas das reuniões e Assembleias e manter em ordem os livros e arquivos da secretaria;

Artigo 24 - Compete ao Segundo Secretário:

Ao segundo secretário compete substituir o primeiro secretário nos seus impedimentos.

Artigo 25 - Compete ao tesoureiro compete:

- a) Arrecadar as contribuições dos associados e demais rendas e registrá-las em livro caixa;
- b) Fazer os pagamentos autorizados pelo presidente, assinando com este, conjuntamente, os cheques ou saques bancários;

Artigo 26 -Compete ao Diretor Técnico:

- a) Representará a Sociedade junto às autoridades fiscais,
- b) Zelar pelo bom andamento dos serviços do abrigo e suas dependências e apresentar projetos de melhoramentos;
- c) Orientar a entidade no desempenho técnico de suas atividades.

Artigo 27 - Compete à Assessoria Jurídica:

- a) Orientar a SUPA quanto à legislação pertinente aos animais,
- b) Propor ações contra práticas criminosas aos animais,
- c) Defender a SUPA nas ações, nas quais for parte;

Artigo 28 – Compete ao Diretor de divulgação:

Será instrumento de contato entre a SUPA e a Sociedade civil e a imprensa, sempre supervisionando e orientando sob a aprovação da presidência e entidades;

CAPÍTULO IV **DAS RECEITAS, DESPESAS E DO PATRIMÔNIO SOCIAL**

Artigo 29 – A receita da SUPA será constituída de:

- I - pelas contribuições dos associados e de terceiros;
- II – doações, de qualquer natureza, que venham a ser feitas por Entidades Públicas ou particulares;
- III – subvenções do Poder Público, Federal, Estadual e Municipal;
- IV – rendas de festas e promoções;
- V – donativos e legados diversos.

§ Único – Os recursos da entidade serão aplicados integralmente na manutenção e no desenvolvimento dos objetivos sociais da Entidade, sendo vedado a transferência desses, a qualquer título, para Entidades ou a outro beneficiário estabelecido ou residente fora do país.

Artigo 30 – As despesas serão constituídas de:

- I – Realização de programas no desenvolvimento de seus objetivos sociais;
- II – Pagamento a funcionários indispensáveis ao serviço;
- III – Honorários a profissionais liberais;
- IV – Demais despesas não previstas neste Estatuto, decorrentes da necessidade de expansão e manutenção da Instituição.

Artigo 31 – O Patrimônio Social se constituirá de todos os bens que a Instituição possuir ou venha a adquirir, por meio de compra ou doação.

CAPÍTULO V **DAS REUNIÕES DA DIRETORIA – ASSEMBLÉIAS E ELEIÇÕES**

Artigo 32– A Diretoria reunir-se-á sempre que for convocada pelo Presidente e deliberará com a maioria dos seus membros.

Artigo 33– No mês de dezembro de cada ano, reunir-se-á em Assembleia Geral Ordinária para análise da prestação de contas, com o comparecimento mínimo de dois terços dos associados enquadrados no **Artigo 4º** dos presentes estatutos em primeira convocação e em qualquer número na segunda convocação, 30 (trinta) minutos depois.

§ 1º - A eleição será realizada por votação secreta, sendo permitida por aclamação, quando se tratar de chapa única.

§ 2º - O registro de chapas e os demais trabalhos da eleição serão regulados pelo Regimento Interno da SUPA.

Artigo 34 – No caso de não haver número suficiente para os trabalhos constantes do precedente artigo, far-se-á uma segunda convocação e se deliberará em qualquer número, respeitando-se os seus votos como maioria;

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES GERAIS

AS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 35 – A Instituição aplica integralmente suas rendas e recursos e eventual resultado operacional na manutenção dos objetivos institucionais no território nacional.

Artigo 36 – As atividades dos diretores e conselheiros, bem como as dos associados, cooperadores, instituidores, benfeitores ou equivalentes, são inteiramente gratuitas sendo vedada a distribuição de resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela do patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto.

Artigo 37 – A Instituição é sem fim lucrativo e não distribuirá lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto.

Artigo 38 – Os bens móveis e imóveis que a SUPA possua ou venha a possuir só poderão ser alienados em face a qualquer ônus ou gravame por resolução da Assembleia Geral, cujo quorum seja 2/3 (dois terços) de seus membros, por maioria de votos.

§ Único – Para fins de quorum, adotar-se-á um livro de presença que assinalará a presença dos membros dos órgãos administrativos e executivos da Instituição.

Artigo 39 – As normas de funcionamento da SUPA serão fixadas pela Diretoria, no seu Regimento Interno, “ad referendum” da Assembleia Geral, sendo que tanto o Regimento Interno, bem como os regulamentos que regem os órgãos administrativos da Instituição, poderá ser reformado, sempre que necessário, no todo ou em parte.

Artigo 40 – O exercício financeiro será coincidente com o ano civil.

Artigo 41 – A Associação não tem fundo limitado.

Artigo 42 – A Entidade mantém escrituração contábil de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade.

Artigo 43 – No caso de dissolução ou extinção da SUPA, depois de quitada as obrigações sociais, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza e que preencha os requisitos estabelecidos pela Lei 13019 de 2014 e cujo objeto social seja preferencialmente, o mesmo da Entidade extinta.

Artigo 44 – Ao término de cada exercício fiscal, a Entidade tornará público, por qualquer meio eficaz, as suas demonstrações financeiras e contábeis.

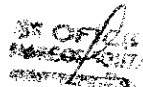
Artigo 45 - A duração da Entidade será por tempo indeterminado e somente poderá ser dissolvida depois de verificada sua total impossibilidade de existência, em reunião da Assembleia Geral juntamente com a Diretoria Executiva, convocados com o mínimo de trinta dias de antecedência.

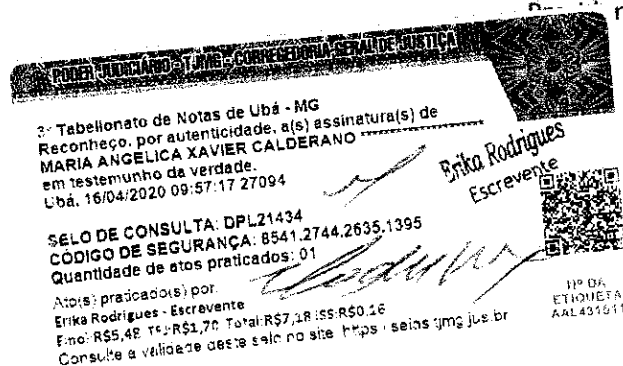
Artigo 46 – Os casos omissos ou duvidosos no presente Estatuto serão resolvidos pela Assembleia Geral e pela Diretoria, embasando-se na Lei que rege a matéria.

Artigo 47 – Qualquer modificação deste Estatuto compete à iniciativa do seu Presidente, discutida e aprovada sucessivamente pelo menos por 2/3 (dois terços) da Assembleia Geral, seguindo-se o registro e transcrição das partes reformadas no cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Ubá, sendo imutável o Parágrafo 2º do Artigo 12.

Artigo 48 – O presente Estatuto entrará em vigor a partir de sua aprovação pela Assembleia Geral Extraordinária, e respectivo registro, devendo a Diretoria Executiva providenciar a sua divulgação.

Ubá, 02 de Março de 2020.


Maria Angelica Xavier Calderano
Presidente




PROTOCOLO Nº 31536 - Registro nº 2731 - Av 13
Livro A77 - Folha - Data 22/04/2020
Cotação: Emol R\$ 259,24 - TFJ R\$ 59,36 - Recomeço R\$ 15,53 - Valor Final R\$ 363,95
- ISS: R\$ 7,87 - Códigos 6101-0 (1), 6201-8 (1), 6601-9 (1), 8101-8 (20)
Sonia Maria Baiao Ribeiro - Substituta

PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA
UBA CARTORIO DE REGISTRO TITULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS
PESSOAS JURIDICAS de Uba - MG

SELO DE CONSULTA: DFT44819
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 1402.2252.9813.9885

Quantidade de atos praticados: 23
Ato(s) praticado(s) por: Sonia Maria Baiao Ribeiro - Substituta
Emol: R\$ 244,74 - TFJ: R\$ 89,18
Valor Final: R\$ 363,95 - ISS: R\$ 7,87
Consulte a validade deste Selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>




PROTOCOLO Nº 31545 - Registro nº 2801 - Av 15
Livro A77 - Folha 248/253 - Data 28/04/2020
Cotação: Emol R\$ 203,62 - TFJ R\$ 70,73 - Recomeço R\$ 12,20 - Valor Final R\$ 286,55
- ISS: R\$ 6,16 - Códigos 6101-0 (1), 6201-8 (1), 6601-9 (1), 8101-8 (11)
Sonia Maria Baiao Ribeiro - Substituta

PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA
UBA CARTORIO DE REGISTRO TITULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS
PESSOAS JURIDICAS de Uba - MG

SELO DE CONSULTA: DFT44899
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 5928.0426.8984.8155

Quantidade de atos praticados: 14
Ato(s) praticado(s) por: Sonia Maria Baiao Ribeiro - Substituta
Emol: R\$ 215,92 - TFJ: R\$ 70,73
Valor Final: R\$ 286,55 - ISS: R\$ 6,16
Consulte a validade deste Selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>



▪ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRARRAZÃO :

Ao Ilustríssimo Senhor Pregoeiro da Prefeitura Municipal da Cidade de Nova Friburgo/RJ

Ref: Pregão Eletrônico nº 140/2023 (UASG: 985867)

GERVASIO E CAMPOS CLÍNICA VETERINÁRIA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 40.579.325/0001-06, com sede à Rua Avenida Conselheiro Julius Arp, nº 418, Lojas 1, 2 e 3, Olaria, Nova Friburgo/RJ, representada por seu sócio Rodrigo de Barros Campos, brasileiro, casado, portador do RG 129115/O-1-CRC/RJ, inscrito no CPF sob o nº 140.311.127-85, com endereço de correio eletrônico rdg_campos@hotmail.com, VEM, apresentar

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

1. Interposto por SUPASH – Sociedade Ubaense de Proteção aos Animais e Saúde Humana, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.630.201/0001-60.

DA TEMPESTIVIDADE

2. A tempestividade da presente contrarrazão é clara consoante disposição do inciso XVII, artigo 4º da Lei 10.520/02

DO MÉRITO

3. No mérito, a recorrente alega que (1) a recorrida não estaria qualificada para os serviços em decorrência dos §§ 1º e 2º do artigo 2º da Resolução CRMV-RJ nº 60, de 11 de Janeiro de 2021 e (2) que não foram apresentados os atestados de capacidade técnica do item 20.2 do Edital

4. As falácias tecidas não merecem prosperar uma vez que não representam a verdade dos fatos, conforme se denota da sessão pública do pregão eletrônico e conforme se arrazoará a seguir.

5. Busca a recorrente induzir este douto pregoeiro a erro ao afirmar que há impedimento de que a recorrida preste os serviços por força do §1º e 2º da já mencionada resolução. A vedação contida no normativo se refere a Programa/Projeto/Mutirão/Campanha de castração, sem vinculação à órgão público, sem aprovação do CRMV-RJ e na forma de mutirões. A modelagem de negócios do Edital não se encaixa na situação.

6. O primeiro equívoco da recorrente está em identificar a presente contratação como Projeto/Programa/Mutirão/Campanha, o que claramente não é. Trata-se de registro de preços para futura e eventual contratação dos serviços conforme a demanda. Para dar robustez ao mencionado, destaco que a modelagem negocial já é costumeira desta municipalidade e, que, inclusive, já foi alvo de análise do CRMV-RJ nos autos administrativos de nº 0430023.00000252/2022-43 não tendo havido nenhum óbice à prática. Ademais, cabe destacar que a Prefeitura de Nova Friburgo, através da equipe do pregão, já esclareceu a questão aos licitantes, inclusive, tendo postado a resposta dos esclarecimentos solicitados por um dos licitantes do Pregão e tendo deixado publicamente disponível para consulta. A data do esclarecimento foi 28/07/2023-16:22:22, do qual transcrevo parte:

"Salientamos que não se trata de um mutirão e sim de castração por demanda, sendo que no edital informamos que é necessário ter local para acomodação do animal no prazo de 7 dias além de ser utilizada a anestesia inalatória"

7. O segundo equívoco da recorrente é interpretar de forma dúbia os §§ 1º e 2º da Resolução para dar a entender que estaria impossibilitada de prestar o serviço por não ser uma entidade ou instituição de utilidade pública. Ainda que o objeto fosse enquadrado como Projeto/Programa/Mutirão/Campanha (o que claramente não é, como prefalado) a interpretação correta da norma jamais seria essa, pois, ao firmar uma parceria com a Prefeitura por meio de uma ata de registro de preços e um contrato oriundo de licitação pública está mais do que devidamente comprovado a vinculação da pessoa jurídica com o órgão público e, nesse sentido, basta uma leitura sincera do §2º da Resolução mencionada para entender o argumento.

8. O terceiro equívoco da recorrente é fazer acreditar que não foram cumpridas as condições de qualificação técnica do item 20.2. O engodo da argumentação da recorrente é que ela não leva em conta o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e seu acervo. Neste sítio eletrônico governamental constam todas as documentações desta recorrida, inclusive, o atestado de capacidade técnica na qualificação nível V, fornecido pela CONSUVET – Soluções em Saúde Animal. Tal informação estava disponível o tempo todo e acessível, seja por força do item 16.2 do Edital ou por força do §3º do artigo 43 da Lei 8666/93.

9. Quanto ao eventual novo registro no CRMV-RJ, este só poderá ocorrer após haver, de fato, novo vencedor do certame com o qual a municipalidade celebrará a contratação e, então, poderão ser iniciados os atos de cadastro no referido conselho.

10. Por derradeiro, saliento que o tipo de modelagem negocial aqui prevista é corriqueiro da Administração Pública de uma forma geral e que a recorrida já prestou serviços tanto à municipalidade de Nova Friburgo quanto ao Estado através do RJPET com excelência e qualidade ímpar.

DOS PEDIDOS

10. Crendo ter auxiliado o pregoeiro a não cair na argumentação tecida em tábula rasa pela recorrente é que finalizo as contrarrazões com os seguintes pedidos:

a) Que a pleito recursal seja conhecido, para, no mérito, ser INDEFERIDO INTEGRALMENTE, pelas razões e fundamentos expostos

b) Que seja MANTIDA IN TOTUM a decisão de habilitou a recorrida, por ser medida lícita e escorreita do resguardo ao direito

c) Caso o douto Pregoeiro opte por não manter sua decisão, REQUEREMOS que, com fulcro no Art. 9º da Lei 10.520/02 c/c Art. 109, III, § 4º da Lei 8666/93 e, em homenagem ao princípio do duplo grau de jurisdição, aplicado ao processo administrativo, que sejam remetidos os autos para apreciação da autoridade superior competente.

Nestes Termos,

Pede e Espera Deferimento,

Nova Friburgo/RJ, 04/07/2023

GERVASIO E CAMPOS CLÍNICA VETERINÁRIA
RODRIGO DE BARROS CAMPOS

Fechar

Processo Nº:	21.123 / 23
Rubrica	Fls: 26



Comissão de Pregão I

DECISÃO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 140/2023.

Processo Licitatório nº: 2.265/2023

Processo Recurso nº: 21.123/2023

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 140/2023

OBJETO: O objeto da presente licitação é o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de serviço médico-veterinário de castração, com implantação de microchip, em clínica veterinária especializada, para cães e gatos, com tutor/responsável ou errantes, de ambos os sexos, independente da raça, com idade mínima de 4 (quatro) meses e máxima de 8 (oito) anos e domiciliados ou recolhidos nos limites do território do Município de Nova Friburgo.

Trata-se de RECURSO interposto pela empresa SUPASH - SOCIEDADE UBAENSE DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS E SAÚDE HUMANA, inscrita no CNPJ: 03.630.201/0001-60, através do Sistema Compras, com fulcro na Lei n.º 8.666/93, do Art.º 109, Inciso I, alínea "a" - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Recurso Administrativo, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Recurso nº 21.123/2023.


Comissão de Pregão I

I. DAS PRELIMINARES

Abrimos o prazo para recurso a partir do dia 02/08/2023. Conforme consta em Ata de Realização do Pregão Eletrônico que integra o Processo 2.265/2023, a empresa SUPASH – SOCIEDADE UBAENSE DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS E SAÚDE HUMANA manifestou a intenção de interpor recursos, conforme questionamentos anexados aos autos às fls. 3.

Por uma simples análise do presente Recurso, verifica-se que o mesmo foi enviado com os requisitos necessários para sua apreciação, apresentando-se com os documentos necessários e tempestivamente, reunindo as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade.

II. DAS ALEGAÇÕES DA SOLICITANTE

A empresa SUPASH – SOCIEDADE UBAENSE DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS E SAÚDE HUMANA alega que a empresa que ganhou a licitação (GERVASIO E CAMPOS CLÍNICA VETERINÁRIA LTDA), inscrita no CNPJ 40.179.325/0001-06, não poderia ser habilitada, pois não estaria de acordo com as exigências que o Conselho de Medicina Veterinária do Rio de Janeiro determina para o exercício da atividade no território. 

De acordo com os §§ 1º e 2º do artigo 2º da Resolução CRMV-RJ nº 60, de 11 de janeiro de 2021 do Conselho de Medicina Veterinária do Rio de Janeiro, acostada às fls. 3, a empresa GERVASIO E CAMPOS CLÍNICA VETERINÁRIA LTDA estaria impossibilitada de executar os serviços que estão sendo contratados para a execução no Município de Nova Friburgo/RJ, por se tratar de uma microempresa a não de uma entidade ou instituição de utilidade pública.



Comissão de Pregão I

Ademais, a referida empresa não teria anexado os atestados de aptidão técnica.

Isso posto, diante das considerações acima expendidas, requer o recebimento do RECURSO ADMINISTRATIVO, e consequentemente, julgamento procedente *in totum* do pedido infra relacionado:

a) Que a vencedora GERVASIO E CAMPOS CLÍNICA VETERINÁRIA LTDA seja inabilitada pela ausência de capacidade e documentos obrigatórios.

III. DAS CONTRARRAZÕES

Em síntese, alega a empresa GERVASIO E CAMPOS CLÍNICA VETERINÁRIA que o primeiro equívoco da recorrente estaria em identificar a presente contratação como Projeto/Programa/Mutirão/Campanha, o que claramente não é. Trata-se de registro de preços para futura e eventual contratação dos serviços conforme a demanda. Para dar robustez ao mencionado, destaca que a modelagem negocial já seria costumeira desta municipalidade e, que, inclusive, já teria sido alvo de análise do CRMV-RJ nos autos administrativos de nº 0430023.00000252/2022-43, não tendo havido óbice à prática. Ademais, caberia destacar que a Prefeitura de Nova Friburgo, através da equipe do pregão, já teria esclarecido a questão aos licitantes, inclusive, tendo postado a resposta dos esclarecimentos solicitados por um dos licitantes do Pregão e tendo deixado publicamente disponível para consulta.

Já o segundo equívoco da recorrente, seria interpretar de forma dúbia os §§ 1º e 2º da Resolução para dar a entender que a empresa GERVASIO E CAMPOS CLÍNICA VETERINÁRIA estaria impossibilitada de prestar o serviço por não ser uma entidade ou instituição de utilidade pública. Ainda que o objeto fosse



Comissão de Pregão I

enquadrado como Projeto/Programa/Mutirão/Campanha (o que claramente não é, como pefalado), a interpretação correta da norma jamais seria essa, pois, ao firmar uma parceria com a Prefeitura por meio de uma ata de registro de preços e um contrato oriundo de licitação pública, estaria mais do que devidamente comprovada a vinculação da pessoa jurídica com o órgão público e, nesse sentido, bastaria uma leitura sincera do §2º da Resolução mencionada para entender o argumento.

Ademais, quando alega o não cumprimento das condições de qualificação técnica do item 20.2, a argumentação da recorrente não levaria em conta o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e seu acervo, no qual constam todas as documentações da recorrida, inclusive, o atestado de capacidade técnica na qualificação nível V, fornecido pela CONSUVET - Soluções em Saúde Animal. Tal informação está disponível, seja por força do item 16.2 do Edital ou por força do §3º do artigo 43 da Lei 8666/93. 9. Quanto ao eventual novo registro no CRMV-RJ, este só poderia ocorrer após haver, de fato, novo vencedor do certame com o qual a municipalidade celebrará a contratação e, então, poderiam ser iniciados os atos de cadastro no referido conselho.

Por derradeiro, salienta que o tipo de modelagem comercial aqui prevista é corriqueiro da Administração Pública de uma forma geral e que a recorrida já prestou serviços tanto à municipalidade de Nova Friburgo quanto ao Estado através do RJPET com excelência e qualidade ímpar.

A recorrida finalizou as contrarrazões com os seguintes pedidos:

- a) Que a pleito recursal seja conhecido, para, no mérito, ser INDEFERIDO INTEGRALMENTE, pelas razões e fundamentos expostos.



Comissão de Pregão I

b) Que seja MANTIDA IN TOTUM a decisão que habilitou a recorrida, por ser medida lúdima e escoreita do resguardo ao direito.

c) Caso o douto Pregoeiro opte por não manter sua decisão, REQUEREMOS que, com fulcro no Art. 9ª da Lei 10.520/02 c/c Art. 109, III, § 4º da Lei 8666/93 e, em homenagem ao princípio do duplo grau de jurisdição, aplicado ao processo administrativo, que sejam remetidos os autos para apreciação da autoridade superior competente.

IV. DA FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO

Quanto à suposta falta de qualificação para os serviços em decorrência dos §§ 1º e 2º do artigo 2º da Resolução CRMV-RJ nº 60, de 11 de janeiro de 2021, corroboramos o entendimento exarado pela empresa GERVASIO E CAMPOS CLÍNICA VETERINÁRIA de que a vedação contida no normativo se refere a Programa/Projeto/Mutirão/Campanha de castração, sem vinculação à órgão público, sem aprovação do CRMV-RJ e na forma de mutirões, o que não guarda relação com o objeto do Edital em comento.

Já quanto ao cumprimento das condições de qualificação técnica, o item 10.5 do Edital prevê que "as licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas". Ratificamos a informação da empresa GERVASIO E CAMPOS CLÍNICA VETERINÁRIA de que o atestado de capacidade técnica fornecido pela CONSUVET - Soluções em Saúde Animal consta no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) na qualificação nível V, tendo sido inserido no dia 01/08/2023. Tal documento

gn



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 21.123/2023

RUBRICA: *af* - FOLHA: *22*

Comissão de Pregão I

está disponível no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo (pnmf.rj.gov.br).

V. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Isso posto, com fulcro no art. 17, inciso VII, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso VII, do Decreto Municipal n.º 599/2020, e sem nada mais evocar, CONHEÇO do Recurso Administrativo interposto pela empresa SUPASH - SOCIEDADE UBAENSE DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS E SAÚDE HUMANA no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 140/2023, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO**.

Segue o mesmo para ciência e de acordo da autoridade superior, antes da publicação da decisão de recurso administrativo de licitação do pregão, na forma eletrônica, n.º 140/2023.

Nova Friburgo, 09 de agosto de 2023.

Leonardo Gabrig Peixoto
Pregoeiro - Comissão de Pregão I
Matricula: 206.934



Para: IDf

Origem: GABMDUS

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo	
SEMMADUS/GABMDUS	
Processo nº 0021123/2023	Nº da folha: 0023
Data 15-08-2023 Tiago Silva Sanches	

A fim de instruir o processo nº 0021123/2023

Requerente: SOCIEDADE UBAENSE DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS

Assunto: Recurso

Informação:

Trata-se de processo administrativo instaurado em razão de recurso administrativo interposto pela pessoa jurídica de direito privado denominada SUPASH - SOCIEDADE UBAENSE DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS E SAÚDE HUMANA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.360.201/0001-60, no qual, em suma, se argui que a vencedora da licitação (Pregão Eletrônico 140/2023): "(...) não está de acordo com as exigências que o Conselho de Medicina Veterinária do Rio de Janeiro determina para o exercício da atividade no território, e também não colocou anexou os atestados de aptidão técnica..." e se pleiteia a inabilitação da vencedora. A íntegra do recurso encontra-se à fl. 03 dos autos.

Às fls. 15/16 foram apresentadas contrarrazões pela Recorrida, através das quais refuta as alegações recursais e pleiteia o indeferimento do recurso administrativo e a consequente manutenção da habilitação, dentre outros pedidos subsidiários.

Às fls. 17/22, foi carreada Decisão da Comissão de Pregão, assinada pelo Sr. Pregoeiro, negando provimento ao recurso interposto.

Foram então, remetidos os autos à essa Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável para manifestação.

Em análise aos autos, tenho que assiste razão à empresa Recorrida (GERVASIO E CAMPOS CLÍNICA VETERINÁRIA) que em suas contrarrazões demonstrou de forma fundamentada não prosperarem as alegações apresentadas pela Recorrente (SUPASH - SOCIEDADE UBAENSE DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS E SAÚDE HUMANA) no Recurso Administrativo interposto.

Desta forma, revela-se irretocável a Decisão acostada às fls. 17/22 oriunda da Comissão de Pregão, através da qual restou indeferido o recurso interposto.

Quanto a suposta desconformidade da Recorrida com o que preceitua os §§ 1º e 2º do art. 2º da Resolução CRMV-RJ Nº 60/2021, basta uma simples leitura dos dispositivos invocados para se constatar que, ainda que se entendesse tratar de Programa/Projeto/Mutirão/Campanha, a formalização de contrato junto ao Município, decorrente de processo licitatório, por si só já enquadraria a situação fática sob análise em condição de exceção, pois a atividade estaria claramente sendo realizada com vinculação a órgão público, restando, pois, cumprido o requisito do § 1º e afastada a vedação prevista no §2º.

§ 1º. Os Programas/Projetos/Mutirões/Campanhas de esterilização cirúrgica com a finalidade de controle populacional somente podem ser realizados por entidades ou instituições de utilidade pública, faculdades de medicina veterinária e órgãos públicos ou em parceria com um desses.



§ 2º. Fica vedado aos estabelecimentos veterinários realizar Programas/Projetos/Mutirões/Campanhas de esterilização cirúrgica, na forma de mutirões, **sem vinculação com** entidades ou instituições de utilidade pública, faculdades de medicina veterinária e/ou **órgãos públicos** ou, ainda, sem aprovação do CRMV-RJ. (g.n)

Quanto a arguição de que a vencedora deixou de anexar os atestados de aptidão técnica, conforme previsão contida no item 20.2 do Edital, tenho que igualmente não assiste razão à Recorrente.

Conforme bem delineado pelo Sr. Pregoeiro, bem como pela Recorrida, os itens 10.5 e 16.2 do edital assim dispõem:

"10.5 - As licitantes poderão **deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF**, assegurado aos demais licitantes o direito acesso aos dados constantes dos sistemas."

"16.2 - Caso atendidas **as condições de participação a habilitação das licitantes será verificadas por meio do SICAF, com base nos documentos por ele abrangidos**, e por meio da documentação especificada neste edital."

Neste ponto o Sr. Pregoeiro confirmou que o atestado de capacidade técnica foi inserido no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), na qualificação nível V, em 01/08/2023, restando atendido, desta forma, o disposto no Edital.

Acrescente-se, a título argumentativo, que ainda que prosperasse a arguição da Recorrente, no sentido de não ter sido anexado documento comprobatório da aptidão técnica, o Tribunal de Contas da União já se pronunciou no sentido de que a vedação legal de inclusão de novo documento, se fosse a hipótese, não alcançaria/alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando da apresentação de sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, conforme se depreende da ementa do acórdão 1211/2021 a seguir transcrito:

"Acórdão 1211/2021 - Plenário

Relator: WALTON ALENCAR RODRIGUES

	SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL
	PROCESSO Nº <u>21123123</u>
	DATA: <u>15</u> / <u>08</u> / <u>23</u>
	FOLHAS Nº <u>24</u> VISTO:

Sumário: REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO REGIDO PELO DECRETO 10.024/2019. IRREGULARIDADE NA CONCESSÃO DE NOVA OPORTUNIDADE DE ENVIO DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO AOS LICITANTES, NA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, SEM QUE O ATO TENHA SIDO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. PROCEDÊNCIA. REVOGAÇÃO DO CERTAME. MEDIDA CAUTELAR PLEITEADA PREJUDICADA. CIÊNCIA AO JURISDICIONADO ACERCA DA IRREGULARIDADE. OITIVA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA SOBRE A CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS NO SISTEMA COMPRASNET. **Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim). O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em**



Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano
Sustentável

ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea "h"; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro." (g.n)

Desta forma, ainda que o referido documento não tivesse sido juntado, o que não merece prosperar face as razões acima expostas, tal situação por si só não seria causa de inabilitação da Recorrida.

Por tais razões, ratifico as razões e a decisão da Comissão de Pregão de fls. 17/22, e me manifesto no sentido de que seja negado provimento ao recurso administrativo interposto.

Remetam-se os autos à Douta Procuradoria, para que em assim entendendo se manifeste.

Após, retornem à Comissão de Pregão para continuidade dos trâmites legais.

Andrea Duque Estrada R. Azevedo
Matr. 62893

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL	
PROCESSO Nº	21123/23
DATA:	15 / 08 / 23
FOLHAS Nº	25 VISTO:

Nova Friburgo, terça-feira, 15 de Agosto de 2023



Processo: 21.123/2023

Recorrente: SUPASH - Sociedade Ubaense de Proteção aos Animais e Saúde Humana

Recorrida: Gervásio e Campos Clínica Veterinária Ltda.

Assunto: Recurso - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 140 de 2023 - Processo Licitatório n. 2.265/2023

Ao Ilmo. Sr. Subprocurador;

I - DO RELATÓRIO

Trata-se de recurso apresentado pela empresa recorrente acerca do resultado do julgamento do Pregão Eletrônico n. 140 de 2023 - Processo Licitatório n. 2.265/2023, que tem por objeto licitar a melhor proposta para contratação de serviço médico-veterinário de castração, com implantação de microchip, em clínica veterinária especializada, para cães e gatos, com tutor/responsável ou errantes, de ambos os sexos, independente da raça, com idade mínima de 4 (quatro) meses e máxima de 8 (oito) anos e domiciliados ou recolhidos nos limites do território do Município de Nova Friburgo.

Em síntese, a recorrente afirma às fls. 03 que a recorrida, vencedora do certame, não pode ser habilitada pois não está de acordo com as exigências que o Conselho de Medicina Veterinária do Rio de Janeiro determina para o exercício das atividades, na forma do art. 2º da Resolução CRMV-RJ, uma vez que os mutirões de castração somente podem ser realizados por entidade ou instituição de utilidade pública e a recorrida se trata de microempresa, bem como que a recorrida não anexou os atestados de aptidão técnica, em consonância com a exigência do item 20.2 do Edital.

A recorrida *Gervásio e Campos Clínica Veterinária Ltda.* apresentou contrarrazões às fls. 15/16, afirmando que a vedação contida no normativo se refere a programa/projeto/mutirão/campanha de castração sem vinculação à órgão público, sem aprovação do CRMV-RJ e na forma de mutirões, situação diversa do edital, que trata de registro de preços para futura e eventual contratação de serviços conforme a demanda.

Afirma, ainda, que essa “*modelagem negocial já é costumeira desta municipalidade e que, inclusive, já foi alvo de análise do CRMV-RJ nos autos administrativos de nº 0430023.00000252/2022-43 não tendo havido nenhum óbice à prática*”.

Destaca, ainda, que a Prefeitura de Nova Friburgo, através da equipe do pregão, já esclareceu a questão aos licitantes em razão de um pedido de esclarecimento feito por um dos licitantes, no dia 28/07/2022, nos seguintes termos: “*Salientamos que não se trata de um mutirão e sim de castração por demanda, sendo que no edital informamos que é necessário ter local para acomodação do animal no prazo de 7 dias além de ser utilizada a anestesia inalatória*”.

Por fim, quanto à apresentação dos atestados de capacidade técnica, afirma que a recorrente não leva em conta o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), onde constam todas as documentações da empresa, inclusive o atestado de capacidade técnica na qualificação nível V fornecido pela CONSUVET - Soluções em Saúde Animal.



A Comissão de Pregão I, em decisão de fls. 17/22, negou provimento ao recurso, corroborando o entendimento da recorrida de que a vedação contida na Resolução n. 60/2021 do CRMV-RJ se refere a programa de castração na forma de mutirões, sem vinculação à órgão público e sem aprovação do Conselho, o que não guarda relação com o objeto do Edital em comento, afirmando, ainda, que a recorrida cumpriu as exigências de qualificação técnica, na forma do item 10.5 do Edital, que prevê que as licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, cujo atestado foi inserido no sistema no dia 01/08/2023, estando disponível no sítio eletrônico da Prefeitura.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente Desenvolvimento Urbano Sustentável, em manifestação de fls. 23/25, ratificou a decisão da Comissão de Pregão I que negou provimento ao recurso, afirmando que basta uma simples leitura dos dispositivos invocados para se constatar que a formalização de contrato junto ao Município, decorrente de processo licitatório, por si só já cumpriria o requisito do §1º e afastaria a vedação prevista no §2º, pois a atividade estaria claramente sendo realizada com vinculação a órgão público.

Afirmou, ainda, que o Pregoeiro confirmou que o atestado de capacidade técnica foi inserido no SICAF, restando atendido o disposto no Edital.

Por fim, os autos foram encaminhados a esta Procuradoria para manifestação.

É o relatório.

II - DOS FUNDAMENTOS

Preliminarmente, verifica-se que o recurso, ora apreciado, é tempestivo e foi recebido pela Comissão de Pregão, pelo que deve ser conhecido, analisado e decidido.

Em matéria de recurso administrativo, dispõe o art. 109 da Lei n. 8.666/93:

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação do licitante;*
 - b) julgamento das propostas;*
 - c) anulação ou revogação da licitação;*
 - d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;*
 - e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 78 desta lei;*
 - e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 desta Lei;*
 - f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;*
- [...]



§ 4º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade." (sem grifos no original)

Ou seja, o recurso deverá ser dirigido à autoridade competente (que nomeou o pregoeiro), por intermédio de quem praticou o ato recorrido (pregoeiro). Portanto, o pregoeiro, ao receber o recurso e sendo o mesmo conhecido, poderá julgá-lo procedente - ocasião na qual irá alterar a sua decisão, exercendo o juízo de retratação - ou improcedente - quando irá manter sua decisão, fundamentando-a, devendo, neste caso, remetê-lo à autoridade superior, devidamente informado, no prazo de cinco dias.

O Decreto Federal n. 10.024/19, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, assim dispõe sobre a matéria:

"Art. 13. Caberá à autoridade competente, de acordo com as atribuições previstas no regimento ou no estatuto do órgão ou da entidade promotora da licitação:

[...]

IV - decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão;"

"Art. 17. Caberá ao pregoeiro, em especial:

[...]

VII - receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão";

Como se pode ver, **cabe ao pregoeiro receber, analisar e decidir os recursos e cabe à autoridade superior competente decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão.**

Em pesquisa acerca da matéria, depreende-se que a autoridade que designou o pregoeiro é que detém competência para julgar o mérito dos recursos interpostos, que, no caso em tela, é a Secretaria Municipal de Assistência Social, motivo pelo qual a esta especializada cabe apenas opinar juridicamente acerca do recurso.

Isso porque as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, modalidade, requisitos e avaliação do preço estimado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais que melhor se adequam ao objeto licitado, bastando que estejam dentro da legalidade.

Por sua vez, o subitem 21.8 do edital assim dispõe:

"Os recursos e as contrarrazões serão dirigidos ao Gestor da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável, que decidirá de forma fundamentada, após manifestação motivada do pregoeiro, e da Procuradoria Geral Municipal".



Portanto, cabe ao Pregoeiro se manifestar de forma motivada acerca do recurso, após o que a Procuradoria poderá ser instada a emitir parecer, em caso de necessidade de pronunciamento de cunho jurídico, e a Secretaria Requisitante decidirá o recurso, caso o Pregoeiro mantenha a sua decisão.

Ademais, cabe ao Pregoeiro o julgamento das propostas e documentos de habilitação. O art. 51 da Lei de Licitações e Contratos define as atribuições das comissões de licitação, sejam elas permanentes ou especiais, da seguinte forma:

Art. 51. A habilitação preliminar, a inscrição em registro cadastral, a sua alteração ou cancelamento, e as propostas serão processadas e julgadas por comissão permanente ou especial de, no mínimo, 3 (três) membros, sendo pelo menos 2 (dois) deles servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da Administração responsáveis pela licitação.

Convém reproduzir as lições de Jair Eduardo Santana¹, que explica o papel do pregoeiro e suas responsabilidades:

“Os papéis do pregoeiro e da autoridade superior estão bem delineados na Lei n.º 10.520/02. Mencionada legislação define os papéis de um ou de outro ator, inexistindo dúvida, por exemplo, que as atribuições relativas à realização do certame, à necessidade do objeto e à própria homologação sejam da autoridade superior. Por outro lado é também inconteste que a condução da sessão de pregão, a decisão quanto à habilitação e o acolhimento de recursos, por exemplo, sejam atribuições do pregoeiro”.

Portanto, conclui-se que incumbe ao Pregoeiro decidir sobre o julgamento das propostas e habilitação preliminar dos interessados em participar de cada certame, na forma disposta nos arts. 27 a 31 e 43 da Lei n. 8.666/1993.

No caso em exame, conforme narrado no relatório, a Comissão de Pregão I se manifestou motivadamente acerca do recurso (fls. 17/22), negando provimento ao recurso e encaminhando o processo à Secretaria requisitante para manifestação.

No mesmo sentido, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável, em manifestação de fls. 23/25, ratificou a decisão da Comissão de Pregão I, que negou provimento ao recurso, pelas razões lá expostas.

A Resolução n. 60/2021 do CRMV-RJ, que normatiza os procedimentos de contracepção de cães e gatos em ações pontuais e Programas/Projetos/Mutirões/Campanhas de esterilização cirúrgica com a finalidade de controle populacional no âmbito do CRMV-RJ, assim dispõe:

*§ 1º. Os Programas/Projetos/Mutirões/Campanhas de esterilização cirúrgica com a finalidade de controle populacional **somente podem ser realizados por entidades ou instituições de utilidade pública, faculdades de medicina veterinária e órgãos públicos ou em parceria com um desses.***

¹ SANTANA, Jair Eduardo. Pregão Presencial e Eletrônico: manual de implantação, operacionalização e controle. 2. ed., rev. e atual. Belo Horizonte: Fórum, 2008, pp. 131 a 183.



§ 2º. Fica vedado aos estabelecimentos veterinários realizar Programas/Projetos/Mutirões/Campanhas de esterilização cirúrgica, na forma de mutirões, sem vinculação com entidades ou instituições de utilidade pública, faculdades de medicina veterinária e/ou **órgãos públicos** ou, ainda, sem aprovação do CRMV-RJ.

Considerando que se trata de licitação que tem por finalidade o registro de preços para contratação de serviço médico-veterinário de castração no Município de Nova Friburgo, conclui-se que o objeto não se enquadra na vedação da Resolução do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Rio de Janeiro, uma vez que as castrações serão realizadas pelo Município, que figura na condição de órgão público, por meio da empresa vencedora do certame, cujo vínculo se aperfeiçoará mediante contrato de prestação de serviços.

Ademais, a Comissão de Pregão I já ratificou a apresentação do atestado de capacidade técnica pela recorrida, em cumprimento ao item 20.2 do Edital.

Portanto, não assiste razão à recorrente.

III - DA CONCLUSÃO

Pelo exposto, **opina-se pela remessa dos autos à Comissão de Pregão I** para ciência e adoção das providências necessárias à consecução do certame.

Ressalta-se que o opinamento desta Procuradoria Geral, órgão com atribuição de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo Municipal, na forma do art. 206, da Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo, Lei Municipal n. 4.637/18, restringe-se apenas à análise das questões jurídicas relacionadas à legalidade, à medida em que a análise de questões de ordem técnica ou decisões inerentes à discricionariedade do administrador público, incumbe, exclusivamente, à área técnica e à secretaria requisitante, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, *sub censura*, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

Nova Friburgo, 17 de agosto de 2023.

Layne de Andrade Alves
Coordenadora de Nível Superior Jurídico
de Processos Administrativos
Matr. 62.773

Carlos Eduardo V. N. da Veiga
Subprocurador de Processos
Administrativos
Matricula 63347